

CORONAVÍRUS E A OFENSIVA DO CAPITAL SOBRE A EDUCAÇÃO

Felipe Saluti Cardoso.

Docente do curso de Geografia do Centro Universitário Fundação Santo André e membro da diretoria da AGB-ABC. E-mail: xfgeox@gmail.com.

Vitor Mendes Monteiro

Mestrando do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), docente de Geografia para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino de Santo André e geógrafo na Prefeitura Municipal de Mauá. E-mail: vmendesmonteiro@gmail.com.

Wendel Camargo Mendes

Especialista do Programa de Integração da Educação Profissional do Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), docente de Geografia no município de Santo André, e membro da diretoria da AGB-ABC. E-mail: wendelcamargomendes@gmail.com.

RESUMO

O SARS-Cov-2 potencializou tendências sociais em marcha em diversas escalas, contribuindo para a aceleração de ofensivas contra o trabalho e as leis de proteção social e ambiental, principalmente em países de maior expressão de políticas liberais e periféricos. No caso brasileiro, inúmeras foram as frentes de atuação do Estado e de empresas para a flexibilização de contratos de trabalho em tempos de pandemia cujo alibi foi salvaguardar a economia em nome de desregulamentações de todos os tipos, da privatização e da liberação seletiva de investimentos. Neste artigo, buscamos evidenciar a aceleração das tendências da subordinação do trabalho ao capital na área da educação, tendo forte impacto sobre os educadores e sobre o produto de seu trabalho, a saber: o conhecimento e sua aplicação e reprodução. Produção que se aliena cada vez mais dos aspectos humanizadores e emancipatórios do trabalho enquanto é mercantilizado e se subordina na mesma proporção a regência do capital.

PALAVRAS CHAVE: sars-cov-2; pandemia; economia; trabalho; educação; ofensiva do capital.

1. INTRODUÇÃO: OFENSIVA DO CAPITAL SOBRE A CLASSE TRABALHADORA E A EDUCAÇÃO

A pandemia do SARS-Cov 2 é uma das circunstâncias contemporâneas tidas como mais inusitadas, seja pela dimensão e escala de seu efeito ou pelo impacto sobre a interrupção de atividades econômicas regulares o que alterou temporariamente o ritmo da reprodução social regida pelo capital incorporando todos os seus momentos (produção, circulação, distribuição e consumo). A mutação do vírus e seus efeitos potencializados pela produção social apresenta regularidade periódica mutável e tem sua razão de ser e existir na relação metabólica entre sociedade e natureza, desde há tempos especialistas e a Organização Mundial da Saúde (OMS) chamam a atenção para mutação e difusão de diferentes cepas deste

e de outros vírus⁴⁵.

Por isso, faz-se necessário apreender a simultaneidade dos impactos do vírus e dos processos sociais já em marcha. Desde esse pressuposto, torna-se impossível afirmar que estratégias políticas e econômicas das classes dominantes foram/serão paralisadas e/ou congeladas com os efeitos de tal pandemia ou que o modo e as relações sociais de produção regidas pelo capital sucumbirão de modo automático com a aceleração de problemas ocasionados a saúde pública e outras circunstâncias imediatas. No máximo as contradições se escancararão e tornar-se-ão mais complexas sendo impossível esconder os compromissos de valor das ideologias dominantes com a continuidade e manutenção dessas relações⁴⁶.

No caso das formações sociais capitalistas periféricas, esses efeitos tornam-se mais evidentes. O que se viu no caso brasileiro foi uma aceleração de medidas contingenciais e tidas como emergenciais para resguardar os ganhos financeiros dos capitais individuais em oposição a políticas de ajuda a massa de trabalhadores que vivem na incerteza dos resultados imediatos da pandemia. Vimos também a mobilização de forças extraeconômicas para assegurar os capitais que têm hegemonia e monopólio sobre a reprodução econômica, sobretudo financeiro e bancário. Na perspectiva de manutenção da ofensiva contra os resíduos

45 Estudos recentes revelam que a ocorrência de diferentes vírus e sua mutabilidade são cada vez mais periódicas dadas as alterações da primeira natureza. Igualmente, a produção do urbano e sua complexa demografia e característica de concentração e proximidade amplifica a proliferação dessas doenças, tornando-as evidentes casos de saúde pública recorrentes em escalas regional e global. Em breves notas sobre a pandemia do Covid-19, suas consequências, mitos, racismos, etnicismos e orientalismos, o grupo autointitulado Coletivo Chuang (2020) não só estabelece as devidas relações entre o Coronavírus e seu antecessor, o Sars-1 de 2002/3, como revelam a degradação do sistema de saúde chinês pela economia de mercado, e demonstram a dimensão do metabolismo social com a natureza e as condicionantes da reprodução capitalista como fundamento desta nova pandemia. Tal reflexão também aparece nos estudos de Mike Davis e nos artigos escritos na ocasião do Covid-19. Aliás Davis (et. Al., 2020) e o Coletivo Chuang (2020), cada um a seu modo trazem à tona os estudos de Rob Wallace (infectologista e marxista britânico) e suas importantes constatações a respeito dos ciclos virais periódicos, a ampliação da indústria farmacêutica e as crises capitalistas como unidade contraditória de um mesmo processo (com diferenciações muito claras entre suas partes). Em síntese a respeito de suas pesquisas em convergência com o Covid-19, Wallace e seu grupo de pesquisa desmistificam a inusitada realidade da atual pandemia e sua complexa relação com o metabolismo socioeconômico do capital (WALLACE et. al., maio de 2020).

46 Marx (2011) ao evidenciar a relação entre causalidade, casualidade e acúmulo de determinações sociais que emergiram como “fantasmas do passado” em períodos revolucionários na marcha ao golpe de Luís Bonaparte na França dos anos de 1848 a 1851, constata que os “homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas essas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Diferente dos fantasmas e nomes do passado que surgiam no horizonte da conformação partidária e de mobilização das classes e organizações sociais na disputa pelo controle do Estado, o que Marx (2011) relatou com primor, vê-se hoje o acúmulo da produção de mercadorias em extensão quantitativa e qualitativa que leva a multiplicidade de determinações em geografias construídas para a fluidez e reprodução do capital criando economias urbanas e rurais que potencializam a variabilidade biológica de cepas de vírus do qual sua mutabilidade confundem cientistas sociais e da área da saúde desavisados da própria miséria em que se encontram, emergindo como fantasma concreto do presente, ou seja, o Sars-COV-2 é invisível a olho nu, circunstancialmente não mensurável pela contabilidade da acumulação do capital, mas mensurável em termos da totalidade de sua dimensão letal e aterrorizadora da produção que consome a natureza e o trabalho que anima o capital, bem como mostra, como um fantasma, a já conhecida destruição promovida pelo capital, enquanto relação social dominante, em momentos de crise.

de direitos trabalhistas, no dia 20 de abril de 2020, no momento de ascensão das mortes por Covid-19 em todo o país, o então ministro da economia, Paulo Guedes, anunciou em atividade com a BTG Pactual que “a velocidade de escape do buraco negro vai depender do prosseguimento das reformas estruturais”⁴⁷ cuja centralidade é a diminuição de impostos para as empresas, extensão das jornadas de trabalho e implementação de medidas mais flexíveis de contratos.

Essas medidas expõem o compromisso de valor do então presidente da República, Jair Bolsonaro, e, em maior ou menor grau, de todos os seus ministros. O que vimos nos últimos meses foi a continuação de um projeto econômico com duras reformas que a longo prazo condiciona a pauperização relativo e absoluta da classe trabalhadora por meio de formas aprofundadas de exploração que visam o rebaixamento salarial, a ampliação das jornadas de trabalho sem retorno financeiro para os assalariados diretos ou indiretos, a redução de custos para as empresas em relação a previdência social, aos impostos trabalhistas e que asseguram a manutenção de serviços públicos essenciais (como saúde, educação, segurança, etc.), entre tantas outras medidas.

Foi em meio a ascensão do número de contaminados e óbitos que a Medida Provisória (MP) 905 ou o Programa Verde Amarelo de Jair Bolsonaro foi aprovada com poucas ressalvas e alterações⁴⁸. No dia 22 de março de 2020, o executivo do governo federal propôs a MP 927, fortemente influenciada pelo Conselho Nacional da Indústria (CNI), que previa acordos diretos entre empregador e trabalhador sem a participação sindical e de fiscais do Estado para a redução da jornada de trabalho com cortes salariais em até 50%, a flexibilização de contratos e do teletrabalho, a antecipação de férias, a utilização de feriados e do período de não trabalhado em banco de horas de até 18 meses, a não consideração do covid-19 como caso ocupacional, exceto em apresentação de nexo causal pelo trabalhador e a suspensão de contratos de trabalho em até 4 meses (FONSECA, abril de 2020). A medida que foi rejeitada devido as polêmicas acerca da suspensão dos contratos, foi logo substituída e aprovada pela MP 936, em 02 de abril de 2020, suspendendo contratados de trabalho em 2

47 Ver matéria disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/04/20/velocidade-de-escape-do-buraco-dependera-de-reformas-diz-paulo-guedes.ghtml>, acessado em 20 de abril de 2020.

48 A MP 905 intitulada Programa Verde e Amarelo, propunha originalmente, por um lado, a inserção de trabalhadores entre 18 e 29 anos no mercado de trabalho incorporando de modo direto ao seus salários mensais o 1/3 de férias e o 13º salário, por outro, a redução de impostos com queda de 8% para 2% para de contribuição mensal ao FGTS, queda de 40% para 20% do pagamento de multas por demissão em justa causa e a isenção de pagamento da Previdência Social, com teto mínimo de pagamento de 1,5 salários mínimo, essa resolução ainda previa o fim do pagamento de repouso aos domingos e as multas trabalhistas seriam pagas com o valor da poupança. Além de aprovar a MP, a Comissão da Câmara responsável pelo tema, incluiu a tal resolução os trabalhadores desempregado a mais de 6 meses e com idade acima de 55 anos (FONSECA, abril 2020).

meses, isentando empresas com renda anual inferior a R\$ 4,8 milhões de pagar a totalidade dos salários, pois o Estado se responsabiliza pelo pagamento do seguro-desemprego, por outro lado, empresas com rendimento superior a R\$ 4,8 milhões pagariam cerca de 30% dos salários enquanto o Estado subsidiaria o equivalente a 70% do seguro-desemprego a esses trabalhadores.

Embora no atacado as contradições entre o executivo e o legislativo pareçam esgarçarem-se até sua ruptura total, no varejo há a continuidade de implementação de reformas de caráter ofensivo em relação aos trabalhadores⁴⁹. Isso desconsiderando os últimos trinta anos de reformas promovidas pelos governos federais em direção a pauperização do trabalho, com o mesmo álibi de “preservar os empregos” em detrimento de direitos e a promessa de modernização das relações de trabalho de cunho neoliberal cujas consequências encontram-se na perda de postos de trabalho na indústria de transformação, na reinserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho baseada no agronegócio e na mineração, na financeirização desenfreada da economia, privatizações de todos os tipos e no recuo de formas de organização do trabalho que pudessem reagir frente a tais ofensivas⁵⁰.

Em termos gerais, como podemos verificar nas reformas em andamento durante a pandemia, os trabalhadores são impactados em sua reprodução imediata e a longo prazo, por um lado, pela redução temporária de salários o que acelera as medidas destacadas e, por outro, a peculiaridade de cada ramo direta ou indiretamente ligado a produção, podendo sofrer alterações a longo prazo em sua estrutura interna e nas formas de remuneração, controle e organização do trabalho. Neste caldo objetivo de determinações, neste ensaio, voltamos a nossa atenção para o trabalho na educação e, no caso deste ramo de atividade específico, as transformações a longo prazo que foram potencializadas pelo efeito da pandemia e do isolamento social, mas que, além de todas as dimensões acima destacadas, aceleraram a incorporação generalizada do uso do teletrabalho ou da telemática neste segmento. Ou seja, analisaremos o trabalho na educação sob as formas de sua subsunção ao capital e como a “circunstância inusitada” do Covid-19 criou um novo álibi para a incorporação do Ensino à

49 Segundo dados levantados pelo Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), apresentados por Machado (abril de 2020), em 2018, cerca de 45 milhões de trabalhadores estavam desempregados e outros 33 milhões subempregados, somando 78 milhões da população economicamente ativa (PEA) e 46 milhões de trabalhadores assalariados regulares.

50 Conforme podemos ver em uma leitura histórica de maior espectro, esse discurso é o mesmo das reformas estruturais promovidas por agências internacionais nos anos de 1980 e 1990, bem como por governos federais desde Fernando Collor de Mello. Embora o cenário internacional favorável ao longo dos anos 2000, o que permitiu a investimentos estatais voltados a produção de infraestrutura, fortemente amparado em canalização de recursos para empresas privadas, o crescimento da economia brasileira foi retraído, chegando a números escandalosamente baixos entre 2015 e 2016 com respectivamente retração de 3,55 % e 3,26 do PIB, o que apresentou continuidade de parcos crescimentos nos anos seguintes: 1,32% e 1,12% entre 2018 e 2019. Para todo esse complexo de ofensivas do capital em relação ao trabalho ver: Fontes, 2010 e Fonseca, abril de 2020.

Distância (EaD) e a possibilidade de transição da subsunção formal à real do trabalho no Brasil neste segmento específico.

2. CONVERGÊNCIA ENTRE ISOLAMENTO SOCIAL E ACELERAÇÃO DE TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Inúmeras determinações e tendências se complementam e convergem na atual situação da não tão inusitada pandemia sobre as medidas adotadas e em marcha que dizem respeito ao trabalho voltado à educação e a formação escolar. Em termos gerais o que se vê é a maior subsunção destes ramos de trabalho e produção social ao capital, bem como a “fabricalização”⁵¹ dos métodos de ensino o que se efetiva na produção de materiais destinados às escolas de educação básica, a formatação das escolas públicas e privadas e na formação dos professores e sua atividade docente.

Poderíamos destacar, primeiramente um componente político e que marca um período inteiro de ofensiva do capital sobre áreas distintas da produção social e que se objetivou pela forte influência do Banco Mundial e outras instituições internacionais na educação brasileira desde os anos 1990. Entre as marcas dessa influência estão a inserção das medidas educacionais com parâmetros de mercado e das tidas novas tecnologias (reduzindo a concepção de educação, aprendizagem e trabalho à técnica ou a tecnologia), em nome do aumento da produtividade dos professores com a hipócrita definição de “justiça social”, de “inclusão”, de “combate a pobreza” e de descentralização da gestão “democrática das escolas”. Todos esses preceitos liberais prezam pela composição de métodos avaliativos promovidos no decurso da formação dos professores em período de suas atividades docentes, negando o conteúdo científico e técnico adquirido na formação dos últimos, pois os governos deveriam voltar sua atenção ao ensino básico (em detrimento dos demais) e impedir o descontentamento social com e por meio de uma educação liberal-democrática baseada em múltiplos conceitos ancorados na linguagem das agências internacionais e em seus programas tais como os preceitos de capital social e humano, governança e governabilidade, eficiência e eficácia, entre outros⁵². Em segundo lugar, a transformação integral do segmento dos trabalhos na educação básica aos parâmetros da proletarianização e da consolidação de monopólios no entorno deste ramo de produção social. Essa tendência acompanha as

51 Tomamos de empréstimo o neologismo utilizado por Ferrari (2012) no título de sua obra “Fabricalização da cidade e ideologia da circulação”, o termo corresponde a potencial subordinação na reprodução do espaço e da vida urbana as legalidades do valor na particularidade do modo de produção capitalista e a potencial capilaridade para todos os campos da vida nos sucessivos ciclos, renovações e reestruturações técnico-produtivas do capital.

52 A respeito do tema ver: Altmann, jan./jun. de 2002 e Junior e Maués, out./dez. 2014.

contradições da vida social brasileira e internacional que deriva do solapamento de direitos adquiridos em relação aos serviços públicos básicos e que envolvem diretamente o quadro da educação⁵³.

No caso brasileiro, podemos verificar este processo em graus e especificidades múltiplas em todos os níveis do ensino, do básico ao superior. Na educação básica é perceptível a pauperização relativa de salários e bonificações, a deficiência de formação e péssimas condições de trabalho em sala de aula, a aplicação de avaliações ao invés do aprofundamento das formas de aprendizagem, bem como a escolha pela quantidade de conteúdos a serem abordados no lugar da qualidade dos mesmos em diálogo constante com o desenvolvimento individual e humano dos alunos e professores⁵⁴. Nas universidades, desde os anos 1990, conforme identificou Santos (2016), o discurso liberal do aumento da produtividade estancou recursos e cindiu a relação presente entre educação, pesquisa e extensão, tornando-as cada vez mais autonomizadas em termos de especialização, reduzindo a formação ao volume de artigos publicados, a realização de tarefas burocráticas e o distanciamento entre o conhecimento, a realidade e as determinações que permeiam a relação entre ambas.

Associado a esses processos, vê-se cada vez mais a ofensiva de capitais monopólicos sobre a educação, o que varia de acordo com sua carteira de negócios no país. A produção de materiais didáticos, livros, *sites* e plataformas renderam ao setor privado brasileiros, entre 2017 e 2018, cerca de R\$ 1,4 bilhão e gastos do governo de cerca de R\$ 1,2 bilhão, a educação básica movimentou no mesmo período R\$ 100 bilhões e, a superior, R\$ 57 bilhões, sendo que a última se viu subordinada ao maior grupo educacional do mundo, a empresa Kroton. A relação entre ensino básico e superior marca a contradição operante na educação brasileira, em 2018, enquanto na educação básica 82% dos estudantes do país estavam nas escolas públicas, as empresas privadas de ensino superior mantinham 75% das matrículas, ou seja, há uma continuidade no que tange precariedade da formação do ensino no Brasil em que o estudante da escola pública é quem predominantemente têm e terá acesso ao ensino superior privado, formando um amplo mercado para essas instituições⁵⁵.

Este processo sequer foi amenizado durante os governos da esquerda institucionalizada. Entre 2003 e 2012, segundo Santos (2016), o Programa de Apoio e Plano

53 Cada qual a seu modo, trataram deste tema: Chesnais, 1996 e Fontes, set./dez. 2017.

54 Sobre este tema ver: Altmann, jan./jun. de 2002 e Junior e Maués, out./dez. 2014.

55 Ver: <https://www.cartacapital.com.br/opinioa/a-ofensiva-do-capital-contra-o-ensino/>, acessado em 08 de maio 2018.

de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi responsável pela criação de 14 universidades federais e 100 novos campi, aumentou em 60% o número de matrículas e teve como efeito imediato a pauperização de salários e planos de carreiras de técnicos e docentes e, como resposta, amplas greves entre 2012 e 2015. No mesmo diapasão político, entre 2003 e 2014, houve a ampliação para 80 milhões de vagas no ensino superior, sendo deste montante 90,2% das vagas destinadas a universidades privadas. Esse aumento substancial do volume de vagas deu-se sobre subsídio federal às instituições privadas através dos Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI). O Ministério da Educação (MEC), transferiu, de 2013 para 2014, sucessivamente, R\$ 5,8 bilhões e R\$ 12,3 bilhões para o FIES, e, em 2015, mais R\$ 17,7 bilhões deixando de arrecadar R\$ 970 milhões das universidades privadas pelo sistema PROUNI. Cabe lembrar que no mesmo ano houve corte de R\$ 12 bilhões no orçamento da educação por parte do governo federal (SANTOS, 2016). O efeito deste corte pode ser sentido em todos os níveis de ensino até os dias atuais, sobretudo na manutenção dos fundos voltados à educação.

Dado o curso desses processos, na educação pública e privada foram corporificadas formas flexibilizadas, terceirizadas, subcontratas de trabalho com a aplicação de métodos de controle sobre a atividade docente baseados no aumento do ritmo da produtividade do trabalho voltado ao ramo da educação e incorporação da informática (*hardware* e *software*) em todas as práticas escolares, com forte estímulo à educação financeira e à alfabetização digital do corpo docente e discente, multiplicando-se equipamentos e processos antes encontrados somente nas atividades industriais à organização, acerto de resultados e desenvolvimento das formas de (re)produção e transferência de conhecimento com banco de dados, hierarquia de comando de gestos, ações, formas e conteúdos a serem abordados, gerência mesclada à coordenação escolar, pagamento por produtividade e bonificação⁵⁶.

A existência e proliferação do covid-19, ainda em evolução ascendente em termos de contaminação e número de mortos, permite a convergência das tendências apresentadas acima, amplificando a prática do ensino a distância e naturalizando-a. Um dos mais importantes aspectos destacados pelo MP 936 que institui medidas emergenciais políticas e econômicas em tempos da pandemia, foi a aplicação do teletrabalho e do intensivo uso da teleinformática, da microeletrônica, das telecomunicações e da prática do trabalho domiciliar

56 Segundo Fontes (set./dez. de 2017), o aprofundamento das atividades industriais para além da produção fabril levou a denominada e relativa “uberização” do trabalho sob controle dos equipamentos informacionais (*hardware* e *software*) cujos nexos centrais estão na extração continuada de mais-valia relativa e absoluta pela superexploração do trabalho pelo capital.

(*home office*) como meio de assegurar a manutenção das atividades regulares. No caso da educação o teletrabalho foi debate em detrimento de todas as perspectivas em aberto do ensino remoto e o seu caráter paliativo em momentos ou circunstâncias específicas.

Acentuamos que a convergência entre covid-19 e tais tendências e determinações é imediatamente sentida nos debates sobre a educação e sua específica “modalidade remota” em EaD. Soma-se a isso, a saraivada de materiais e debates a respeito do teletrabalho que encontra meios de proliferação e são retomadas, embora ainda não regulamentadas, nas discussões no parlamento, bem como a ênfase no ensino domiciliar ou nos verbetes populares e sob os olhos da águia imperialista *home schooling* (mais uma frente para a produção de materiais, plataformas, livros didáticos, apostilas e sistemas de ensino). Projeto que se depara frontalmente com as condições materiais para sua realização. Entre agosto e dezembro de 2018, havia ausência de computadores e internet, respectivamente, em cerca de 58% e 33% dos domicílios no país, sendo que nas áreas rurais, 43% das escolas apontam falta de infraestrutura o que impede o uso da internet devido a falta de condições técnicas e de corpo de trabalho preparado para a chegada, manutenção e regularidade do sinal⁵⁷.

Porém, o governo federal autorizou o EaD e a suspensão temporária de atividades, reorganizando o calendário escolar através da contabilidade e antecipação das férias anuais, ao invés da oportunidade de suspensão temporária e horários de compensação dos conteúdos nos anos seguintes com novo calendário escolar e tempo para os professores planejarem sem riscos a saúde de suas famílias a volta às aulas. Oportunisticamente inúmeros governos estaduais anteciparam as férias dos professores e promoveram medidas emergenciais sem debate prévio com sindicatos e organizações dos trabalhadores, impondo seus projetos sem reflexão e tempo de resposta. A título de exemplo, o então governador do estado de São Paulo, João Dória, entre os dias 18 e 20 de março de 2020, homologou junto com a Secretaria Estadual de Educação, o teletrabalho, o EaD para os ensinos médio e fundamental como substitutos das aulas presenciais em tempos de pandemia e anunciou a antecipação de férias para 150 mil professores da rede estadual de educação⁵⁸. Além disso, firmou contratos com as operadoras privadas de celular e oferta do serviço de internet Claro, Vivo, Oi e Tim e estabeleceu parcerias com a Amazon Web Service para oferta de infraestrutura digital⁵⁹ e a Google para o desenvolvimento de vídeo aulas. Nesta tacada, implementou a obrigatoriedade

57 Ver: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/coronavirus-faz-educacao-a-distancia-esbarrar-no-desafio-do-acesso-a-internet-e-da-inexperiencia-dos-alunos.ghtml>, acessado em 23 de março de 2020.

58 Para as resoluções oficiais ver: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/confira-decretos-e-resolucoes-de-educacao-implementados-durante-pandemia/>, acessado em 25 de abril de 2020.

59 Ver: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-lanca-aulas-em-tempo-real-por-tv-aberta-e-celular-estudantes-da-rede-estadual/>, acesso em 15 de abril de 2020.

de cursos e a presença ativa dos professores em plataformas digitais para o atendimento das demandas dos alunos a partir do dia 27 de abril de 2020⁶⁰, sem remuneração extra e contagem do tempo adicional de trabalho nestas atividades. Ou seja, a necessidade do ensino remoto tornou-se o álibi para que professores fossem integrados a regulação do teletrabalho depois das “férias antecipadas” e sem a presença de representação do sindicato e do professorado nas negociações. Dado a exposição sobre os efeitos do trabalho na educação, desconsideramos, mas não negamos, o efeito nocivo de cortes temporários de contratos de trabalho com atividades terceirizadas presentes nos serviços auxiliares que fazem parte do cotidiano e da reprodução escolar em sua totalidade, como os trabalhadores ligados aos setores de alimentação e limpeza que tiveram seus salários suspensos.

Entre as propostas do Governo do Estado de São Paulo (GOVESP) estava a redução das atividades docentes a dimensão de entretenimento. O governador, João Dória, em seu anúncio do Centro de Mídias de São Paulo, no dia 03 de abril de 2020, afirmava que “por meio de plataforma digital e da TV Cultura, vai permitir que os 3,5 milhões de alunos da rede pública tenham acesso ao ensino de qualidade com professores e especialistas da Secretaria da Educação”, sendo complementado pelo Secretário de Educação, Rossieli Soares, em sua afirmação de que a plataforma digital teria sido projetada de acordo com a “lógica de uma rede social, o aplicativo permite grande interação entre professores e estudantes /.../ [e] irá auxiliar para que os professores estejam o mais próximos possíveis de cada um dos nossos /.../ estudantes”⁶¹. No mesmo artigo de promoção do GOVESP, disponível para orientar as escolas das redes públicas estaduais e municipais, além da lógica da rede social, entre os especialistas da área de educação encontram-se youtubers contratados pelo governo do Estado de São Paulo, em detrimento como vimos do pagamento de salários de merendeiras, faxineiras e outros tantos trabalhadores diretamente vinculados com o cotidiano escolar e os cortes de direitos trabalhistas incorporados ao salário como o vale alimentação dos professores, pois o que vale neste momento de isolamento é o entretenimento ao invés da educação de qualidade e a vida daqueles que se dedicam a manutenção deste tão precário serviço público.

Embora todos os desdobramentos nas relações de trabalho ligadas a educação serão sentidos a médio e longo prazo, assim como as consequências ligadas aos alunos que ao serem promovidos quase que automaticamente e perderem conteúdos relevantes às suas formações futuras, podemos antecipar que a caixa de pandora do teletrabalho foi aberta para o

60 Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/03/aulas-nao-podem-ser-retomadas-sem-previa-autorizacao-do-governo-de-sp-diz-doria.htm>, acessado em 03/04/2020.

61 Dados e discursos disponíveis em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-lanca-aulas-em-tempo-real-por-tv-aberta-e-celular-estudantes-da-rede-estadual/>, acesso em 15 de abril de 2020.

ensino básico público e privado. Do mesmo modo, as empresas que já trabalham com esse “nicho de mercado” de venda de materiais, conteúdos, plataformas digitais, formas de trabalho e uma série de outras mercadorias no campo do EaD encontram campo fértil para a realização de seu capital, bem como emergem as tendências em subordinar de modo real a produção de conhecimento e o trabalho escolar as dinâmicas do capital.

3. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E SUBSUNÇÃO FORMAL E REAL DO TRABALHO AO CAPITAL

Entres os aspectos mais complexos dos processos históricos e geográficos da produção humana em sua totalidade está a não linearidade do desenvolvimento dos complexos da reprodução social, isso ocorre tanto no interior dos mesmos campos da produção social (a título de exemplo em ramos distintos da produção industrial) como entre complexos diferentes da reprodução *hic et nunc* social (economia, política, técnica, militarismo, arte, cultura, ideologia, etc.) (LUKÁCS, 2012 e 2013). O denominado desenvolvimento desigual também ocorre no interior das relações e dos modos de produção que, em sua forma particular de existência, corresponde a generalização das práticas que envolvem formas historicamente estabelecidas de organização da produção social (SMITH, 1988).

Neste sentido, antes de identificar as condições de subordinação do trabalho na educação é preciso entender como ocorre o desenvolvimento desigual no interior da produção econômica em seus diferentes ramos o que permite aproximações cada vez mais determinadas em relação a concretude histórica das formas de subordinação do trabalho ao capital.

No modo de produção capitalista é visível, embora nem sempre debatido nestes termos, a desigualdade de desenvolvimento no interior e entre complexos da reprodução social, o que não impede a interrelação, interdependência e determinação mútua entre e intra complexos, como ocorre com a utilização de técnicas, equipamentos, métodos de mensuração e controle dos fluxos de produção e ritmo de trabalho em campos e ramos diferentes da produção e do consumo, embora apresentem produtividade variada e condições concretas muito peculiares.

A título de exemplo, podemos verificar três ramos industriais distintos, com ritmos variados de desenvolvimento técnico e de capacidade produtiva, bem como a interrelação entre eles do ponto de vista da incorporação de equipamentos, materiais e formas de controle do trabalho, a saber: as indústrias têxtil, siderúrgica e da construção civil. A

primeira das três a ser mecanizada e utilizar fluxos contínuos de processo de trabalho e produção, com pequenas interrupções e grande amplitude de maquinaria em oposição aos trabalhadores empregados foi a indústria têxtil. Neste ramo industrial, a transição do artesanato e manufatura tradicional à utilização de equipamentos semiautomáticos e automáticos ocorre na virada do século XVIII para o XIX, estes aspectos tiveram grande impacto sobre toda a cadeia produtiva ligada a esse ramo, aos artesãos e as atividades manufatureiras em todo esse período⁶².

O segmento siderúrgico iniciou a incorporação de ferramentas complexas na produção na última década do século XIX, porém com a utilização de equipamentos automáticos e de processos de produção oriundos das indústrias ligadas a produção de máquinas, a geração de energia e a ampliação das capacidades produtivas com a incorporação da eletricidade, o desenvolvimento da indústria química e da própria indústria têxtil (COGGIOLA, 2009). O que se verifica aqui é a diferença de meio século na mecanização da indústria têxtil em relação ao conjunto de transformações no ramo industrial siderúrgico.

Desde a última década do século XIX, viu-se a redução do número de trabalhadores em cada processo individual de produção na indústria siderúrgica, a mecanização de inúmeras atividades parcelares e a menor dependência dos proprietários aos conhecimentos técnico-produtivos dos trabalhadores, pois houve a transferência dos saberes antes concentrados nas habilidades individuais de cada trabalhador ou de seu conjunto para o trabalho corporificado em máquinas e ferramentas construídas para se tornarem propriedade do capitalista⁶³.

É interessante notar a diferença do ramo da construção civil em relação aos outros dois. Muitas das mudanças ocorridas neste ramo específico ao longo dos dois últimos séculos resultam da aplicação técnica de equipamentos e máquinas oriundas de outras indústrias, como guindastes, ferramentas elétricas e de precisão, materiais com maior plasticidade a aplicação imediata de peças decorrente da indústria química à engenharia de materiais (como o uso do cimento, de armações de aço e a aplicação do vidro), entre tantos outros fatores. Mas, ainda em pleno século XXI, a construção civil é como se fosse uma grande manufatura, dependente do conhecimento e da habilidade dos cérebros e músculos dos operários que

62 Os primeiros teares automáticos foram construídos em 1803 por Horrocks e tendo como precursores uma série de transformações técnicas nos teares mecânicos desde meados de 1760. Os teares automáticos foram sendo incorporados em toda a Inglaterra e, posteriormente, nos principais centros industriais europeus durante a primeira metade do século XIX. Conforme relatos e ampla pesquisa empírica sobre o tema, incluindo documentos oficiais de diferentes Estados e capitalistas industriais, pode-se dizer que os operários eram já nessa época e neste ramo específico de produção apêndices e observadores dos movimentos das máquinas, para tanto ver: Coggiola, 2009, Hobsbawm, 1996, Niveau, 1969 e Marx, 1985a e b.

63 Para tanto ver: Cardoso, 2017, Coggiola, 2009 e Moraes Netto, 1991.

precisam aprender a lidar com a carpintaria e a alvenaria antes de encaparem o corpo de trabalhadores presentes em canteiros de obra. Embora já existam robôs que construam paredes, ao redor do mundo esse ramo ainda não se mecanizou por completo e encontra dificuldades para manter a fluidez da produção⁶⁴. De modo geral, a plena mecanização da construção civil e pesada ainda não ocorreu, principalmente se compararmos tal processo com os demais ramos aqui expostos. Logo, há a diferença entre a construção civil e os dois ramos anteriores em cerca de dois séculos de modificações e incorporações técnicas, isto é, o operário da construção ainda não foi totalmente transformado em apêndice do trabalho corporificado em máquinas.

Apesar desses ritmos desiguais de desenvolvimento, é inconteste que todos esses ramos produtivos e seus trabalhadores estão subordinados as formas e as relações capitalistas de produção, porém tal subordinação apresenta qualidades distintas.

As formas de subordinação (formal e real) do trabalho ao capital, conforme muitas vezes e de vários ângulos apresentadas por Marx (1985a e b), decorrem de relações de produção e técnicas muito determinadas, de circunstâncias das sociedades de classes definidas nos marcos da existência material desta realidade e varia economicamente de acordo com as circunstâncias de produção, o capital empregado e produtivamente distribuído entre a incorporação de máquinas, edificações, equipamentos, matéria-prima, energia e componentes acessórios que configura o capital constante de uma empresa e aquele que é destinado ao pagamento dos salários do conjunto de trabalhadores empregados na produção e que vendem sua força de trabalho ao capitalista, o que caracteriza a grandeza variável do capital. A composição orgânica do capital está diretamente vinculada a diferença entre as grandezas do capital constante em relação ao variável. Logo, quanto menor a parte variável do capital em relação a constante, maior será a composição orgânica do capital (e vice-versa).

Deste modo, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e reprodução social em conjunto com a transformação da força de trabalho em mercadoria disponível para a exploração do capital na forma de pessoas destituídas dos meios de subsistência e condicionadas a venda de sua força de trabalho em troca de salário como possibilidade de obtenção de mercadorias para manutenção de sua vida física, biológica e social constitui a base do complexo material da reprodução objetiva e subjetiva do trabalho e, em contrapartida, de sua subordinação ao capital.

Em primeiro lugar, devido a própria reprodução dos trabalhadores que necessitam

⁶⁴ Uma análise comparativa entre o desenvolvimento da indústria no geral e o setor da construção civil e pesada pode ser encontrado em: Arantes, 2010 e 2012, Cardoso, 2017 e Ferro, 2006.

vender sua força de trabalho para obtenção do salário e, com ele, a compra de mercadorias que realizam as suas necessidades objetivas e subjetivas. Em segundo, pela manutenção da continuidade desse processo que precisa, para mobilizar as potencialidades de sua existência, reproduzir-se em escala ampliada.

Essa relação social de produção tem efeito sobre as formas de subordinação do trabalho ao capital. No modo de produção capitalista, isso ocorre, pois, o salário corresponde também ao laço social e material que controla toda as atividades produtivas dos indivíduos que precisam recorrentemente vender sua força de trabalho para sua obtenção de salário. Este processo é controlado pela figura do capitalista ou de formas de trabalho acessórias subordinadas imediatamente a ele, tais como o capataz, o gestor, o administrador e toda a engenharia voltada à produção em suas diversas variáveis (GRAMSCI, 2008 e TRAGTENBERG, 1977). Logo, o trabalho torna-se impessoal e deve seguir a orientação dos indivíduos que detém a propriedade dos meios de produção. Contudo, quando a massa de capital convertida no processo produtivo ainda depende da habilidade do trabalhador individual, as formas de controle sobre a atividade produtiva do conjunto de trabalhadores se limita ao salário. E neste espectro de determinações torna-se historicamente viável a diferenciação das formas de subsunção do trabalho ao capital.

Objetivamente, a primeira forma de subsunção do trabalho ao capital corresponde aos laços *formais* da relação estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho. Sob a regência do capital, como relação social predominante, o trabalhador está formalmente ligado aos meios de trabalho e produção pela existência de seu salário. Por mais que o conjunto de atividades acessórias inteiramente vinculadas ao processo produtivo, tais como a administração e a engenharia, criem métodos de controle do ritmo e do movimento dos trabalhadores no ato da produção⁶⁵, na *subsunção formal* do trabalho ao capital, nenhum conjunto de ferramentas animado por alguma fonte de energia ou máquinas controlam física e mentalmente o trabalho. Assim, o trabalhador ainda conta com suas experiências, habilidades e saber fazer para realização do processo produtivo, sendo o controle de seu trabalho circunscrito a esfera da relação estabelecida com o capitalista.

Essa forma de subordinação do trabalho ao capital não deixa de existir e, tampouco, não corresponde a um desenvolvimento linearmente homogêneo dos ramos de produção presente nos tidos como mais atrasados ramos produtivos e ausente nos mais

65 A título de exemplo, todo o desenvolvimento da administração científica parte do princípio do controle dos ritmos corpóreos dos trabalhadores, no interior e fora das fábricas, porém, sem a necessária corporificação de máquinas para exercer tal controle, podemos verificar a emergência deste processo desde Frederik W. Taylor em seus “Princípios da Administração Científica” (TAYLOR, 1978).

complexos. Pelo contrário, como constatou Marx (1985a e b), a sua condição de existência está associada a dimensão do capital em repor as relações que lhe dão origem ou a reposição da acumulação, assim a variação desta forma de subordinação do trabalho não é anulada e se mantêm como substrato presente nas formas diferenciadas de sua existência.

Se a subsunção formal decorre do assalariamento como forma histórica particular do trabalho, a produção propriamente capitalista de técnicas, equipamentos, máquinas, edificações, redes de transporte e telecomunicações e/ou de meios substanciais para a (re)produção material da sociedade em sua totalidade também resultam das condições históricas da acumulação e em constante reposição da cisão entre trabalho e capital.

Entre as múltiplas determinações da acumulação e reprodução ampliada do capital está o trabalho cristalizado/corporificado em capital constante fixo (máquinas, equipamentos, edificações, etc.) que, por um lado, deve reduzir ao máximo o número de trabalhadores empregados no processo produtivo, liberando parcelas do capital social total para investimentos em ramos variados da produção e da circulação de valor, por outro, esse capital constante deve extrair o máximo de trabalho possível em menor tempo, otimizando a mais-valia disponível para o capital em oposição ao salário. Ou seja, os investimentos cada vez maiores em capital constante fixo além de aumentarem a composição orgânica do capital, sob regência da obtenção cada vez maior de valor e de seu conjunto de leis, implicam no controle do trabalho vivo (capital variável e força de trabalho) pelo trabalho morto corporificado nos meios de produção e convertidos na regência do capital como relação social dominante.

Deste modo, a composição orgânica do capital ampliada pode condicionar o ritmo, o movimento e o trabalho em toda a sua corporeidade, pois os equipamentos em funcionamento, e produzidos como trabalho morto controlam o trabalhador física e mentalmente para além do salário o que corresponde a *subsunção real* do trabalho ao capital. Ou seja, o trabalho morto corporificado no capital constante fixo *realmente* controla as atividades, tarefas rotineiras e todo o cotidiano do trabalhador no ato de produção em termos objetivos e subjetivos, sem a necessidade das atividades acessórias em criarem métodos de movimentos repetitivos ordenados pela gerência ou pela administração, embora esses métodos não desapareçam e desempenham um importante componente ideológico da reprodução social em termos extraeconômicos através de diferentes concepções de mundo na convergência de práticas e ideias que potencializam a aceitação da ordem social dominante nas esferas religiosa, artística, política e científica⁶⁶. Assim cada movimento é controlado pela máquina (trabalho morto) da qual o trabalhador (trabalho vivo) se torna um apêndice ou regulador,

66 Para tanto ver: Marx, 2011 e Mészáros, 2012.

operador, repositor e mecânico. Diferente da subsunção formal, os aspectos da subsunção real do trabalho ao capital requerem ampla aplicação da ciência já a soldo das relações capitalista no processo produtivo e cujo mote torna-se o encapsulamento do saber-fazer dos trabalhadores nos equipamentos que constituem o trabalho morto ou o capital fixo.

As consequências deste processo são inúmeras, entre elas e a politicamente mais brutal vem a ser a dificuldade de mobilização dos trabalhadores em barganhar “direitos” através da paralisação e mobilização de setores produtivos detentores do saber-fazer apropriado para a continuidade da produção. Por isso, o tempo de reposição de cada posto de trabalho era maior quando a incorporação do trabalho morto a produção ainda não internalizava o saber-fazer em suas operações, dada a propriedade do conhecimento ainda atrelada diretamente aos operários que detinham em suas tarefas o *controle parcial* dos nexos entre a atividade intelectual e a manual nos processos produtivos. Assim, a ampliação da massa de trabalhadores livres e não empregados no processo produtivo (formando um exército reserva disponível à exploração do capital) somado a cristalização do saber-fazer em máquinas e outras formas de trabalho morto, contribuem para a pressão do capital sobre o trabalho em todos os horizontes de reprodução da vida social e tendo infinitas consequências na tentativa da homogeneização desta forma de subordinação para diferentes ramos de produção.

As formas de subsunção do trabalho ao capital não ocorrem mecanicamente e, tampouco, materializam-se de modo homogêneo em todos os campos da produção social. Tais categorias não correspondem imediatamente ao nível de desenvolvimento técnico como uma progressão contínua e positiva de sua aplicação nos ramos e formas de trabalho distintas, pelo contrário, sua razão de existência, efeitos e consequências desenvolvem-se de modo extremamente desigual e estão intimamente ligadas a interseção, interdependência, interrelação entre diferentes ramos produtivos, tipos de capital empregados e a hegemonia de uma de suas formas em relação à demais, o nível de aplicação das ciências e das técnicas a soldo da propriedade privada e, por fim e de grande importância, as características concretas de trabalho que estão constantemente sendo transformadas para que a regência do capital sobre essas áreas seja plena ou completa.

Cabe identificar aqui como todas essas determinações, no momento histórico atual e sob violenta ofensiva do capital em relação ao trabalho, convergem em marcha acelerada em direção à potencial subsunção real do trabalho vinculado à educação e cujos fetiches, alienações e estranhamentos já apresentam seus aspectos negativos na depreciação da formação dos indivíduos, bem como o vírus, como circunstância não tão inusitada, tornou-se

álibi político para tal aceleração.

4. QUIMÉRICA INFORMATIZAÇÃO DO TRABALHO E A SUBORDINAÇÃO REAL DA EDUCAÇÃO AO CAPITAL

As técnicas também são produtos do trabalho e das relações sociais de produção das quais estão inseridas, podem surgir de casualidades da produção material e do cotidiano imediato, mas tornam-se cada vez mais determinadas quando são criados setores específicos a soldo da reprodução econômica no interior da divisão social e técnica do trabalho. Por esse motivo, a utilização de equipamentos, máquinas, métodos de produção e de trabalho podem corresponder e reproduzir ideologias dominantes cujos objetivos encontram-se no encapsulamento do saber e do saber-fazer dos trabalhadores, na anulação de suas formas de organização e de seu potencial de paralisação, na tentativa de moldar suas concepções de mundo, na ofensiva sobre a legislação trabalhista presente pela pressão do desemprego e ampliação do exército reserva de força de trabalho que se avoluma em filas de trabalhadores disponíveis ao processo de valorização do capital e, como vimos, no controle mecânico de seus movimentos físicos no interior das unidades produtivas e ideológico fora delas.

Por outro lado, as técnicas são datadas e têm origem no próprio devir da produção social, ou seja, não podem ser analisadas como autonomizadas e/ou com desenvolvimentos independentes, homogêneos e lineares⁶⁷.

No que tange aos debates contemporâneos da educação no Brasil é possível verificar forte pressão de diferentes grupos, instituições, empresas, organizações não governamentais, políticos e partidos, tendo como um dos principais pilares deste debate a aplicação da informática, do teletrabalho e do EaD como fórmulas para resolução de carências e/ou necessidades de modernização deste segmento. A pressão para a “modernização” do ensino básico ao superior foi promovida por inúmeros interlocutores e tomou corpo em documentos oficiais de agências como o Banco Mundial⁶⁸, em palestras, formações e

⁶⁷ Duas observações iniciais são importantes. A primeira, não negamos os avanços produtivos e humanos provenientes das ciências e das técnicas propriamente capitalista e, tampouco, menosprezamos os revolucionamentos indissociáveis de suas relações socioeconômicas. Porém, em segundo lugar, essas técnicas têm a marca histórica e de classe próprias das sociedades que as produziu e, por isso, precisam ser entendidas nas relações das quais estão inseridas. No caso das técnicas produzidas no modo de produção capitalista, uma de suas características é a subordinação do trabalho para manterem-se operantes como propriedade privadas dos meios de produção e reprodução social. Logo, técnicas e ciências acumuladas precisam ser socializadas, bem como alteradas as relações da qual elas estão inseridas para se tornar possível qualquer superação real dos problemas sociais.

⁶⁸ Foram assinadas várias parcerias em nome da educação entre o Banco Mundial e o Brasil, desde os anos 1990. O Banco Mundial renovou ao longo dos últimos trinta anos contratos e acordos com o país, um balanço desses programas encontra-se no relatório intitulado “*Achieving World Class Education in Brazil: the next*

organizações da sociedade civil como Instituto Ayrton Senna e Todos pela Educação com participação ativa de instituições financeiras como o Banco Itaú e levada adiante por grandes grupos privados como ocorre com a Kroton e todas as universidades sobre o seu controle direto e indireto, empresas de consultoria voltada à produção de materiais didáticos (no formato de livro ou sistema apostilado e na forma de *softwares* e plataformas digitais) para ensino básico público e privado como, por exemplo, o faz os grupos Arbos, Objetivo, Anglo, Etapa, e, não menos importante, todas as editoras nacionais e internacionais que prestam serviços para o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

O discurso da modernização da educação engloba desde o atendimento às áreas distantes e carentes com parca infraestrutura material e ausência de corpo docente adequado, o que justificaria a generalização do EaD, até o uso de novas tecnologias aplicadas à educação. Esses seriam fatores decisivos para o aumento das “capacidades, habilidades e competências” dos corpos discentes e docentes das instituições de ensino em todos os seus níveis, independente das condições de trabalho e formação dos educadores, das diferenças sociais e materiais dos educandos e do corpo de funcionários das escolas, da disparidade dos processos de ensino e aprendizagem, das lacunas e falta de continuidade nos ciclos de formação dos estudantes e professores do ensino básico ao superior. Nestes termos, tudo estaria resolvido com novas tecnologias aplicadas à educação e a adaptação da realidade brasileira aos métodos de avaliação internacionais. Embora esse discurso seja apresentado como novo, moderno, sofisticado, definitivo, técnico, neutro e imposto como única resolução para os problemas da educação, encobre um profundo nexos entre o uso específico de tecnologias, ideologias dominantes e concepções de mundo redutoras do homem as teorias da comunicação. Teorias que desempenharam papel importante ao longo do século XX e ganharam profusão no início do século XXI, como oposição a qualquer perspectiva pautada na auto-constituição do ser social (FERRARI, 2005). Na base deste discurso encontram-se debates técnico-científicos, filosóficos e ideológicos de aplicação da denominada *cibernética* nos momentos da produção e do consumo humanos, campo hoje identificado com a informática, as telecomunicações, micro e nanotecnologias.

agenda” (Chegando a uma educação de nível mundial no Brasil: a próxima agenda) que também marcava um novo ciclo de reformas na educação promovida pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) em 2010, gestado pelo então ministro Fernando Haddad, para acesso ao documento do Banco Mundial ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7290-achieving-world-pdf&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192, acessado em: 10 de dezembro de 2015. Para acesso aos acordos e debates entre MEC e Banco Mundial ver: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34913>, acessado em 10 de dezembro de 2015.

Implícito a este discurso está a concepção de homem nivelado as máquinas, tal como identificou Ferrari (2005) após longa pesquisa sobre a cibernética. Nivelamento que pressupõe “a elevação das máquinas a executoras de funções humanas” (FERRARI, 2005, p. 304) e o “rebaixamento ontológico do ser social a um ser mimetizável por máquinas” (ibid., p. 304). Ou seja, há “a tentativa de reduzir o homem a um adequado ser informacional” (ibid., p. 304) e cujo comportamento “poderia ser reduzido a um padrão de problemas e de soluções implantáveis em algoritmos” (ibid., p. 304).

Entre os fundamentos desta concepção está um forte “mecanismo de controle [do trabalho] e [sua] adequação às necessidades produtivas do capital /.../ [que] preconiza[m] a antropomorfia das máquinas” (ibid., p. 305). Por trás dessa concepção encontra-se toda uma série de reestruturações técnico produtivas do capital realizadas desde os anos de 1960/70. Assim, equipamentos “informacionais” produzidos pelo complexo bélico-militar foram incorporados por diversos ramos industriais, do mesmo modo essa tecnologia foi utilizada e impulsionada por capitais financeiros e bancários, sobretudo devido aos sistemas de crédito que demandavam enormes bancos de dados e controle sobre os fluxos de dinheiro⁶⁹. A tecnologia informacional produzida pelo complexo bélico-militar estava também vinculada a difusão ideológica da “tecnologia [como] um poder autônomo e avassalador sobre o homem” (FERRARI, 2005, p. 303) que deveria se adaptar aos “paradigmas” da informação, da comunicação e das “novas tecnologias”.

O fetiche e a quimérica força da tecnologia da informação não se dissociam das relações de produção das quais estão inseridas. No modo de produção capitalista, todos os equipamentos tidos como produtivos ou vinculados a circulação de mercadorias cuja propriedade é privada tem como pressuposto a atividade econômica, tal como ocorre com as “máquinas das fábricas, as que servem como canais de comunicação ou para troca de informações e realização de operações on-line, são capital” (ibid., p. 311). Como relação social dominante contemporânea, o capital tem como condição de existência mobilizar

indivíduos – reduzidos a elos da cadeia informacional – [que] trabalham, aparentemente sem muito esforço físico visível, mas cuja racionalidade é movimentar imensas quantias de dinheiro, carga, processos, decisões administrativas e operações produtivas envolvidas nos fluxos de mais-valia e sua transformação em fluxos de lucro (FERRARI, 2005, p. 311).

69 Para a relação entre a cibernética e sua aplicação no complexo bélico-industrial, a utilização dessas tecnologias em variados ramos de produção e o papel do capital financeiro e sua hegemonia na difusão da ideologia redutora dos homens aos fluxos de informação e as teorias da comunicação ver: Chesnais (1996), Ferrari (2005), Perlo (1969) e Mészáros (2012).

Assim, na transição para o século XXI, podemos verificar ampla permeabilidade dessas técnicas, tecnologias e, com elas, das ideologias da informação e da comunicação no cotidiano do trabalho e do consumo individual.

Isso ocorre pela introdução da informática e das telecomunicações no âmbito de equipamentos que são simultaneamente bens de consumo e instrumentos de trabalho, bem como na segmentação da divisão técnica do trabalho na produção de *softwares* (tidos abstrata e equivocadamente como bens imateriais) cuja função é a educação indireta para a realização de determinadas funções ligadas a produção ou a circulação de mercadorias sem gastos adicionais para o capital, a potencialização de transações e metamorfoses do capital e da mercadoria, a ampliação do banco de dados de capitais privados e individuais ligados ao comércio e a logística integrada entre cadeias de produção e consumo em territórios econômicos marcadamente urbanizados e regionalmente concentrados em grandes metrópoles e cujo domínio se estende para o campo, entre tantos outros fenômenos ligados à regência do capital sobre as transformações das bases técnico-produtivas na totalidade da complexa e contraditória reprodução social e seus momentos (produção, circulação, distribuição, troca e consumo).

Dados esses pressupostos materiais, precisamos ainda indagar: O que ocorre com o trabalho no segmento da educação em relação a recente ofensiva do capital? Neste âmbito, qual o papel da informática e de suas quimeras de origem social no controle do trabalho?

Vimos até aqui que a situação da pandemia causada pelo Covid-19 ampliou o teletrabalho e o EaD. Logo, as relações sociais que originam a aplicação de tecnologias da informação e da informática, bem como as ideologias da redução do homem à máquina surtem um efeito específico na educação. Cabe antes de tudo lembrar, a informática em si tem grande potencial positivo de troca de informações e conhecimento, sendo importante meio de comunicação nos vários momentos da unidade contraditória da produção, por isso tem grande efeito sobre a vida material dos indivíduos. Porém, a sua aplicação produtiva está submetida ao sentido último da relação social em voga, a saber: a extração de mais-valia.

Podemos nos aproximar deste problema por vários ângulos, mas para a apreensão da subsunção real do trabalho na educação ao capital dois aspectos tornaram-se fundamentais. O primeiro, é o consumo (individual e produtivo) destas técnicas no campo da educação, os capitais que detêm as plataformas e toda uma gama específica de mercadorias ligadas a aplicação da informática na educação, controlam os meios essenciais que permitem o acesso a tal “material”, mobilizam cadeias produtivas e de consumo específicas para a produção de *softwares*, programas, conteúdos, roteiros de aula e serviços de atendimento aos alunos e seus

tutores, diretores e coordenadores escolares até chegar aos professores. Ou seja, além do valor gerado pela produção destes materiais há também serviços específicos para manutenção e operacionalidade do sistema como um todo. Essas mercadorias só se realizam por meio de necessidades criadas em consumidores aptos a se “adaptarem as tecnologias da educação” ou, para usar jargões liberais, é preciso explorar os nichos de mercado que possam absorver todas essas mercadorias. Aqui é possível verificar o impacto sobre o consumo dos pacotes de produtos “informacionais” voltados à educação.

Os efeitos variam, mas evidencia-se que, por um lado, os estudantes são bombardeados por informações como se essas fossem idênticas ao processo educativo, alimentadas pelo corpo profissional das empresas que prestam serviços e assistência às escolas e pelos próprios professores. Assim, são abastecidas as plataformas didáticas com vídeo-aulas, exercícios, banco de dados referentes aos vestibulares com explicações e acesso a fragmentos de textos científicos, artigos de revistas e jornais, material iconográfico organizado a partir de fotos, mapas e infográficos, fazendo dos “estudantes” consumidores individuais de materiais digitais, mercado que já foi ampliado pelas redes sociais e todos os seus subprodutos. Por outro, professores, coordenadores, diretores e todo o corpo técnico escolar ligados diretamente com a educação precisam “consumir” esse material duplamente, como consumo individual para ter acesso ao mesmo conteúdo dos estudantes e por precisarem abastecer essas plataformas pelas mesmas redes sociais e equipamentos digitais que consomem o seu tempo de trabalho dentro e fora das unidades escolares. Ou seja, há por parte do corpo docente um “consumo produtivo” que envolve a alimentação constante das plataformas e preparação de aulas de acordo com os já definidos materiais didáticos, soma-se a isso a correção de exercícios, provas, atividades e a produção de relatórios e planejamentos que orientam todo o trabalho da coordenação e direção.

Em segundo lugar, aprofundam as formas de controle do trabalho na educação. Existe uma desigualdade de desenvolvimento nos ramos de produção e reprodução social da qual a composição do trabalho vivo e morto presentes no processo produtivo podem variar, em nosso exemplo vimos como isso ocorre entre os ramos das indústrias têxtil, siderúrgica e da construção civil. No caso da educação, até a recente incorporação da informática no cotidiano escolar, o controle sobre o trabalho (movimentos físicos e concepções de mundo) baseavam-se na fiscalização direta dos coordenadores o que exigia em muitos casos a presença física em sala de aula para o registro e andamento do processo de produção e trabalho ou até mesmo o acordo com alunos para relatarem os procedimentos adotados pelo corpo docente. Exceto a infraestrutura escolar, como capital constante fixo, cristalizada em

edificações, carteiras, lousa, ventiladores, etc., poucos materiais extracorpóreos provenientes do trabalho pretérito e morto (a não ser o acúmulo de conhecimento e em alguns casos a paisagem) eram utilizados neste processo de trabalho. O professor detinha o acúmulo do saber e do saber-fazer e o controle sobre os mesmos. Ou seja, do ponto de vista deste ramo da produção, o capital ainda não encontrava outras formas de subsunção do trabalho, exceto em seu aspecto formal mediado pelo assalariamento como força social dominante da reprodução do professorado enquanto parte do proletariado urbano e rural.

A transição da subordinação formal à real do trabalho no ramo da educação ocorre pelo aprofundamento do uso dessas “novas tecnologias” como capital e relação dominante no interior das salas de aula e do cotidiano escolar. Não é a tecnologia *em si* que subordina o trabalho, tampouco a sua utilização pura e simples, mas a relação social objetiva da qual ela é produto, condição e meio de realização deste ramo de produção. A princípio pela possibilidade de formatação das aulas dos professores.

Ao invés da informática ser utilizada como complementação ao processo educacional, sua função é limitar as aulas de acordo com os princípios pré-definidos pelas empresas produtoras dos materiais didáticos ou pelo corpo diretivo e administrativo das escolas que em contato com os pais e coordenadores orientam os temas que podem ou não ser abordados em sala de aula tendo forte impacto sobre a concepção de mundo dos professores, podendo inclusive oprimi-los intelectual e subjetivamente. Essa subsunção do trabalho engloba todo o conhecimento técnico e científico, uma vez que esses complexos precisam ser naturalizados e neutralizados antes de absorvidos no processo de educação e constituição individual dos educandos. Por isso, as descobertas científicas e seus efeitos sociais ou sobre as transformações da natureza e em todo o metabolismo entre ambos são reduzidos a fatos desimportantes que precisam ser memorizados como signos de uma educação de resultados, mensurável em informações binárias e testes de desempenho. Em linhas gerais, em termos práticos imediatos, o trabalho em seu todo é guiado, mensurado e controlado pelos mecanismos hierárquicos do capital e, assim, aliena o conhecimento daqueles que o produzem.

Em linhas muito gerais, o Covid-19 potencializou e acelerou tendências já existentes em termos do uso e aplicação da informática na educação com fins econômicos específicos. Como vimos no começo deste artigo, no caso brasileiro a dimensão parlamentar, jurídica e política do debate objetivou a aplicação do teletrabalho na educação ao invés da retomada do tema do ensino remoto como medida paliativa aos deletérios efeitos da pandemia. Isso revela a razão de ser da tendência em andamento e do uso da pandemia como

álibi para que projetos sejam aplicados sem amplo debate público, lembrando que essa tendência vale para outros tantos segmentos do trabalho.

5. CONCLUSÃO: A ACELERAÇÃO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Ainda sob o prisma da quimérica utilização da informática na educação, subordinando-a a o ritmo da produtividade do trabalho para o capital, podemos concluir que o saber e saber-fazer dos professores é substituído ou encapsulado em projetos educacionais e vendidos como pacotes de sistemas de ensino. A formação do professor é desprezada, suas “habilidades individuais” e conhecimentos adquiridos são substituídos por mecanismos de ensino pré-fabricados que homogeneizam as diferenças dos processos de individuação dos educadores e dos educandos, bem como rebaixam a situação dos professores em sala de aula ou, como ocorre em tempos de isolamento, nas salas de teleconferência a distância aos conhecimentos plasmados em materiais já organizados para o “consumo”.

Ademais, o ritmo, a estrutura, os conteúdos e os temas abordados, a didática e as posturas do professor em salas de aula virtuais e reais podem ser de fato controlados pela substituição de seus conhecimentos e procedimentos por intermédio de materiais informacionais, assim, mesmo para o ensino remoto, o professor perde a autonomia para produzir algo *sui generis* e amparado nas demandas e realidade das escalas local e regional dos estudantes. Esse controle real do trabalho ocorre através dos resultados exigidos pelas avaliações que são preparadas em ambientes extrínsecos a sala de aula⁷⁰ ou pelo uso de câmeras acopladas a diferentes máquinas informacionais (computadores, celulares, equipamentos de segurança privada) que podem ser utilizadas pelos coordenadores, alunos e pais em todo o circuito da relação entre professores e estudantes.

Junta-se a isso a ampliação relativa da jornada de trabalho fora do ambiente escolar. Além do corriqueiro uso de computadores no interior e fora das salas de aula, o uso do celular conectando o professor com a escola em período integral o que o obriga a responder as demandas dos coordenadores, alunos e diretores, podendo também alimentar as plataformas com exercícios, informações e outros componentes que ampliam a avaliação de sua produtividade no âmbito das metas escolares.

⁷⁰ No ensino privado é comum empresas de consultoria e ou responsáveis pelos materiais didáticos prepararem provões e simulados para serem aplicados em série seguindo os cronogramas orientados por essas empresas, no caso do ensino público são as provas avaliações baseadas nos modelos internacionais como o Programa Internacional de Avaliação ao Estudante (PISA).

Assim, o processo de ensino é reduzido a quimérica informatização do consumo individual e produtivo, mas no interior dos circuitos de valorização do capital, sendo todos os trabalhadores engolidos no turbilhão de uma exploração constante da qual a educação faz parte e resulta do amesquinamento das relações humanas e da pauperização do processo de formação dos indivíduos, alunos e professores. Como vimos, esse processo já se encontrava em marcha e o Covid-19 só aprofundou o fetiche da tecnologia como meio e fator decisivo das resoluções de problemas humanos mais complexos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: Scielo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002, p. 77-89.

ARANTES, Pedro Fiori. A renda da forma na arquitetura da era financeira. In.: OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 161-184.

_____. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo: Editora 34, 2012. 367p.

CARDOSO, Felipe Saluti. **Reprodução e reestruturação da metrópole: as políticas metropolitanas de transporte como determinação da produção do espaço**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), 2017.

COLETIVO CHUANG. **Contágio Social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China**. São Paulo: Veneta, Coleção Baderna, 2020. 67p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, 335p.

DAVIS, Mike. A crise do Coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike et al. (orgs.). **Coronavírus e luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020, pp. 5-12.

COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões (1837-1896 e 1929-39): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.

FERRARI, Terezinha. **Ciência do capital e a quimérica interface homem máquina**. In: Cadernos de Ciências Sociais / Colegiado de Ciências Sociais da FAFIL. – Centro Universitário Fundação Santo André – nº 1, 2005. Santo André: FAFIL, pp. p. 292-312, 2005.

_____. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Terceira

Margem, 2012.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FONSECA, Guilherme. **As mudanças trabalhistas no último período no Brasil antes e durante a pandemia do coronavírus**. In: Revista Contra-Corrente. Pandemia do Coronavírus: uma catástrofe anunciada. Belo Horizonte: Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), publicação especial pp. 40-50, abril de 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. **Capitalismo, crises e conjuntura**. In.: Revista de Serviço Social. São Paulo: Scielo, n. 130, pp. 409-425, set./dez. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JUNIOR, William Pessoa da Mota e MAUÉS, Olgaíses Cabral. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade, acessado em 20 de abril de 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Gustavo. **É o coronavírus o real inimigo que nos ameaça?** In: CONTRA-CORRENTE. Pandemia do Coronavírus: uma catástrofe anunciada. Belo Horizonte: Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), publicação especial, pp. 11-18, abril de 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, Vol. I ao V, 1985a.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultado do processo da produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985b.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difel, 1969.

PERLO, V. **Militarismo e indústria: armamentos e lucros na era dos projéteis**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana**. São Paulo: Elefante, 2016.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da administração científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1978.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1977.

WALLACE, Rob; LIEBMAN, Alex; CHAVES, Luis Fernando e WALLACE, Rodrick. **Covid-19 and Circuits of Capital**. In: Monthly Review, disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/>, publicado em 1 de maio de 2020, acessado em 1 de maio de 2020.

CORONAVIRUS AND CAPITAL OFFENSIVE ON EDUCATION

ABSTRACT

The SARS-COV2 potentialize social tendencies in march in any scales, contributed to acceleration of the capital offensive against the work and social and environmental protections laws, principally in countries with big liberal political expressive. In Brazilian case, countless were the fronts of action of the State and companies for the flexibilization of employment contracts in times of pandemic that alibi was safeguard the economy in the name of deregulations of all kinds and of selective liberation of investments. In this article, we found evidence the acceleration of tendencies of the subordination of work to the capital in the area of education, with strong impact on educators and its product of work, to know: the knowledge and its reproduction. Production that is increasingly alienated of humanizing and emancipatory aspects of work while is commercialized and subordinated in the same proportion by the capital regency.

Key words: SARS-COV-2; Pandemic; Economy; Work; Education; Capital offensive.

CORONAVIRUS Y LA OFENSIVA DEL CAPITAL CONTRA LA EDUCACIÓN

RESUMEN

El SARS-Cov-2 potencializo tendencias sociales en curso en varias escalas, contribuyendo para la aceleración de ofensivas contra el trabajo y leyes de protección social y ambiental, principalmente en países de mayor expresión de políticas liberales. En el caso de Brasil, varias fueran las frentes de acción del Estado y empresas para la flexibilización de contratos de trabajo en tiempos de pandemia cuya coartada era salvaguardar la economía em nombre de la desregulación de todo lo tipos y de la liberación selectiva de inversiones. En este artículo, buscamos evidenciar la aceleración de las tendencias de subordinación del trabajo al capital en la área de la educación, teniendo un fuerte impacto en lo educadores y el producto de su trabajo, a saber: lo conocimiento e su reproducción. Producción que está alienada cada vez mas de los aspectos humanizadores y emancipadores del trabajo mientras se comercializa y subordina en la misma proporción que la regencia del capital.

Palabras clave: SARS-COV-2; Pandemia; Economía; Trabajo; Educación; Ofensiva del capital.

Recebido: 30/09/20

Aceite:26/08/21